



## Á Educação do Campo e suas Especificidades: uma luta por direitos á uma Escola de Qualidade no Campo

1º Autor: Annelise Mariano (UNESP) [annelisemariano@hotmail.com](mailto:annelisemariano@hotmail.com)

2º Autor: Eliete de Carvalho Margutti (UNESP) [nete\\_margutti@hotmail.com](mailto:nete_margutti@hotmail.com)

3º Autor: Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti (UNESP) [fatimarotta@hotmail.com](mailto:fatimarotta@hotmail.com)

*“Ninguém luta contra forças que não compreende cuja importância não mede cujas formas e contornos não discerne.” (Paulo Freire, 1987)*

### Resumo

*Se tirarmos as vendas que cobrem os nossos olhos, veremos que o meio rural esta mais presente em nossas vidas do que imaginamos. O presente trabalho visa proporcionar uma experiência com atividades teóricas, prática e dialógica, que envolvam o tema Campo/Cidade, com o intuito de mostra-lhes o quanto à educação do Campo precisa ser valorizada em suas especificidades. Muitas pessoas acreditam ainda que não exista educação do campo ou que esta não precisa existir. Pois, com toda a globalização existente e todas as tecnologias avançadas, o campo será uma coisa ultrapassada e exterminada ao longo dos próximos anos. Devemos considerar que a conscientização de professores para compreender a escola do campo seja muito importante para inicialmente sensibilizá-los para dialogar sobre os mitos e preconceitos. A escola dentro dos assentamentos ou do campo é de extrema importância, pois o acesso ao conhecimento sistematizado através do diálogo sobre a identidade cultural do camponês, utilizando a prática do camponês para traçar os objetivos, conteúdos e métodos, assim, uma educação pensada como debate pedagógico sobre as relações sociais concretas de vida do camponês repensando a organização e desenvolvimento social e econômico.*

**Palavra chave:** Educação do Campo, formação de professor, Escola Itinerante, Pedagogia da Alternância.

## To Rural Education and Specificities: a fight for rights to a School Field Quality

*"No one fights against forces that do not understand the importance of which does not measure the shape and contours not discern." (Paulo Freire, 1987)*

## **Abstract**

If we take the sales covering our eyes, we see that the countryside is more present in our lives than we imagine. This paper aims to provide an experience with theoretical activities, practice and dialogue, involving the theme Countryside/City, in order to show them how to educate the field must be valued in their specificity. Many people still believe that there is no field of education or that it need not exist. Well, with all the globalization and all existing technologies, the field is something outdated and destroyed over the next year. We believe that the awareness of teachers to understand the school's field is very important to initially sensitize them to talk about the myths and prejudices. The school within the settlements or the countryside is extremely important, since access to knowledge through systematic dialogue about the cultural identity of the peasant, using the farmer's practice to outline the objectives, contents and methods, so thought of as an education debate teaching about the social relations of real life of the peasant organization and rethinking the social and economic development.

**Key-word:** Rural education, teacher training, Itinerant School, Pedagogy of Alternation.

## **1- Introdução**

O presente trabalho visa proporcionar uma experiência com atividades teóricas, prática e dialógica, que envolvam o tema Campo/Cidade, com o intuito de mostrar-lhes o quanto à educação do Campo precisa ser valorizada em suas especificidades.

Muitas pessoas acreditam ainda que não exista educação do campo ou que esta não precisa existir. Pois, com toda a globalização existente e todas as tecnologias avançadas, o campo será uma coisa ultrapassada e exterminada ao longo dos próximos anos. Se pensarmos assim, o que não seria um pensamento errôneo, mas desumano, pois estamos nos esquecendo das pessoas que vivem da produção familiar, vivem da terra, e principalmente dos sem-terra, pois o que o importam eles não é?

Observamos esse descaso com o MST na mídia e hoje em dia principalmente nos cursos de graduação intitulados curso de pedagogia, matemática, geografia, letras entre tantos outros, que formam professores, que ainda não compreendem que poderão lecionar nesses lugares e/ou também talvez nunca percebam.

Tendo em vista que sua formação não é voltada para atuar como professor e muito menos como educador do campo, constatando que o seu curso não possui disciplinas que tratem a fundo a questão do homem no/do campo, visto que ainda não se percebe a questão territorial onde se esta inserida a Universidade, e na grade curricular são poucas as disciplinas que tratam desta modalidade, fazendo assim, com que o futuro professor não se imagine dando aula em uma

escola do campo. E quando o mesmo depois de formado passe em um concurso para lecionar, nessas escolas percebem que não estão preparados para esta realidade ou, ainda não querem estar preparados para lidar com esta realidade, pois, quem quer se formar e for dar aula em um lugar “atrasado”, ou seja, uma escola esquecida pelo povo e pelo governo, inserida tão distante da cidade e com realidade tão diferente da sua?

Muitos assim, ao passarem nesses concursos, acabam até indo para essas escolas, mas de alguma maneira acabam procurando burlar o sistema, procurando pessoas influentes para “dar” um jeito de serem transferidos para uma escola da zona urbana “cidade”.

Portanto, não podemos deixar apenas a responsabilidade para as universidades, mas também ao governo, a população “urbana” e aos próprios professores que já estão em atuação e não buscam se aprofundar ou entender as necessidades reais de seus alunos, assim melhorando a qualidade de suas aulas.

Assim, como nos diz SAPELLI, GRATTI & NAPOLI, *“Faz-se necessário que o educador do campo comprometa-se com o contexto no qual a escola está inserida, envolva-se com ela e construa o seu sentimento de pertença”* (p.165)

Visto que é de extrema importância a valorização do cotidiano do educando, sua realidade, respeitando seu conhecimento de mundo, pois ainda mantêm-se as escolas do campo tal qual modelo das escolas da cidade, o que tem se intensificado ao longo de décadas nos sistemas de ensino do estado de São Paulo, assim desvalorizando as escolas do campo em detrimento das escolas da cidade, onde a cultura a ser valorizada é a da cidade e não a qual o educando esta inserido fazendo com que este perca o interesse em ir a escola ou acabe perdendo o interesse em valorizar a sua própria cultura, pensando que a vida da cidade é melhor que a do campo.

“Um dos desafios que a educação para o homem do campo enfrenta é, principalmente, o alto índice de analfabetismo. Os órgãos públicos têm resolvido os problemas da educação do homem do campo parcialmente, transportando-o para as escolas da cidade, onde recebem uma educação desconectada de seu contexto e das necessidades que nela se apresentam”. (SAPELLI, GRATTI & NAPOLI, p.165)

Mesmo quando a Lei assegure o direito a uma educação de qualidade que respeite o aprendizado e a especificidade de onde o aluno reside como vemos na Lei nº 9.394/96 no Artigo 2º do Parágrafo Único, esta assegura que a educação do campo deve ser adequada as Diretrizes Curriculares não deixando de valorizar sua identidade como camponês.

“Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”. (MEC - diretrizes do campo).

Observamos que pelo fato da Lei assegurar este direito, seja cumprido tal qual a lei vigora. Pois, apenas pelo fato da lei assegurar o direito à educação não significa que esta valorize realmente as suas especificidades tornando o que deveria ser um direito assegurado a todos, sendo mais um fardo para aqueles que suportam ir “tal escola” que não valoriza o meio em o seu educando/a se encontra inserido.

Concordamos com FURLANETTI , quando afirma que,

“A Educação do campo deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estaremos tratando a população do campo como sujeitos de um projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidária, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo.” (FURLANETTI, 2007, p.11)

Podemos constatar que o MST e os movimentos de luta pela terra ao longo do tempo têm conseguido, não sem lutas, fazer uma escola que respeite o camponês, seja pelas Escolas Itinerantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul, escolas estas que aderiram á Pedagogia da Alternância nestes estados e em outros como o estado de São Paulo, dando então oportunidade

dos camponeses e dos filhos destes terem acesso a educação de qualidade, onde se é respeitado a sua condição de vida.

Segundo MARIANO apud CAMINI (2010, p. 137),

“O MST do Rio Grande do Sul foi pioneiro na luta pela Escola Itinerante. A autora explicita a luta quando declara que o órgão fiscalizador apresentou questionamentos sobre os recursos investidos pela Secretaria Estadual de Educação, através do convenio com a Associação de Cooperação Agrícola - Aeca, para garantir o funcionamento dessas Escolas. Os educandos destas escolas são crianças, jovens e adultas acampadas e o funcionamento e a organização pedagógica fica a cargo do coletivo de educadores/as e da comunidade dos acampados. Assim, afirma a autora, que esta é uma forma de assegurar o seu funcionamento, pois reconhecemos a dificuldade de se encontrar professores/as para atuarem em lugares precários e em áreas de conflito.” (2010,p.3)

## **2 - Escola Itinerante e a Pedagogia da Alternância**

Acreditamos que a as escolas Itinerantes do MST, contemplam este ideal de educação, pois se trata de uma escola feita pelo povo e para o povo. Uma escola que surge da necessidade de ter um ensino de qualidade aos filhos do acampados, onde estes não sofressem mais discriminações, e tivessem acesso a conteúdos ligados a sua realidade, mas também com os outros conteúdos escolares. Dando assim oportunidade das mães participarem das atividades do movimento e a eles o acesso a pedagogia do movimento e melhor ainda, sem sair do próprio acampamento, já que estes podem durar de meses a anos. Como nos confirma CAMINI (2010, p. 50),

“[...] a Escola Itinerante, nos acampamentos do MST, não nasce do nada. Ela surge do velho modelo, de “face oculta”, capaz de manter e reproduzir os valores e os interesses do capital e que não serve à classe trabalhadora e por isso precisa ser contrariada. [...] A Escola Itinerante aqui apresentada é fruto da luta dos trabalhadores forçados a buscar uma escola alternativa que possa acompanhar a caminhada dos indivíduos itinerantes. Na medida em que é conquistada como política pública, concebida e construída como a “(...) escola dos sem-terra (...)” (Braga, 2007, p.26), precisa ser vista no movimento dialético de negação e afirmação da escola capitalista.” (CAMINI, 2010, p.50)

Vemos também na Pedagogia Alternância o procedimento fundamental para os diferentes tempos e espaços. Tempo Escola (aulas, palestras, vídeos, discussões, leituras dirigidas, elaboração de textos, etc.) Que, complementada com o Tempo Comunidade sendo este como tempo de pesquisa e extensão, cumpre duas tarefas fundamentais: estimular e desenvolver as habilidades intelectuais dos/as educandos/as de modo que eles e elas possam participar individual e coletivamente da produção ativa e autônoma de conhecimento sobre a sua realidade, estabelecendo formas de diálogo entre conhecimentos técnico-científicos e saberes populares e comunitários; e formar sujeitos do campo como agentes de desenvolvimento, ampliando e aperfeiçoando o seu envolvimento com os projetos de desenvolvimento local em sintonia com os valores e práticas culturais, organizativas, políticas e pedagógicas das comunidades e dos movimentos sociais envolvidos.

“A inadequação do Currículo tem provocado, inclusive, a evasão e reprovação dos alunos das escolas do campo. Dois fatores que contribuem mais significativamente para a inadequação dos currículos consolidados nas escolas do campo são: o processo de formação dos professores e o conteúdo dos livros didáticos. O processo de formação dos professores se dá em geral, em cursos de formação burguesa-urbana.” (SAPELLI, GRATTI & NAPOLI, 2009, p.164)

No contexto onde estamos inseridos devemos parar de valorizar a educação burguesa dando autenticidade á propagação da cultura da elite. Fazendo o que vemos há séculos e arduamente “tentamos” mudar, dizemos tentamos, pois sabemos muitos morreram tentando, e ainda morrerão lutando pela igualdade e pela valorização dos direitos do cidadão e principalmente dos cidadãos do campo.

### **3 – Considerações Finais**

Devemos considerar que a conscientização de professores para compreender a escola do campo seja muito importante para inicialmente sensibilizá-los para dialogar sobre os mitos e preconceitos. Sabendo que recuperar a cultura, re-criando a identidade deste sujeito histórico busca dignidade para si e para seus filhos e assim contribuir para o processo mais amplo de humanização e reafirmação. A escola dentro dos assentamentos ou do campo é de extrema importância, pois o acesso ao conhecimento sistematizado através do diálogo sobre a identidade

cultural do camponês, utilizando a prática do camponês para traçar os objetivos, conteúdos e métodos, assim, uma educação pensada como debate pedagógico sobre as relações sociais concretas de vida do camponês repensando a organização e desenvolvimento social e econômico.

A educação no Brasil passa por momentos difíceis, tanto na parte material onde faltam livros de boa qualidade, salas de aulas em condições satisfatórias, como na formação do professor e também ocorrem a cada dia mais casos de violência na sala de aula. Mas, como o próprio Paulo Freire fala “*mudar é difícil, mas é possível*”. Assim fica clara a mensagem de que devemos lutar para mudar, porque a pessoa sem sonhar perde a esperança de viver. Para ele, ensinar não é apenas transferir conhecimento ao educando, mas sim produzir o conhecimento e uma das formas de produzir o conhecimento é através da curiosidade.

A curiosidade é um dos motores fundamentais na produção do conhecimento, ela está inserida na prática transformadora da realidade, que é um dos caminhos fundamentais na prática da produção do conhecimento, portanto ensinar significa provocar a curiosidade do educando, a tal ponto que ele se transforme em sujeito da produção do conhecimento que lhe é ensinado.

Uma boa formação resulta na seguinte compreensão de que, “*Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.*” (Freire, 2007, p.85)

Concordamos com MARGUTTI, MARIANO & FURLANETTI (2010), quando colocam que:

“Uma das tarefas do educador do campo é contribuir na organização do povo para que lute por seus direitos, formando os camponeses no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, nas novas relações de trabalho e na consciência política. Isso não é formar trabalhadores do campo (mão-de-obra), que se conforme com planos e modelos que já vêm prontos, mas sim ter capacidade de resistir a esses modelos e pensar no coletivo criando novos projetos.

Essa ação educativa deve ter como objetivo, desenvolver uma tomada de consciência e atitude crítica, permitindo ao aluno chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa e transformar a sua realidade. Falar em políticas públicas da educação do campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar a educação como direito dos povos do campo. Infelizmente existe uma crença no Brasil, que a população “campo” não necessita de políticas voltadas à sua dinamização, esta sendo dispensável qualquer tipo de estratégia de desenvolvimento. Isto ocorre por conta da intensa urbanização, extinguindo a população do campo, dispensando

uma maior atenção para o campo, já que todos, por algum motivo acabam se mudando para a cidade.” (MARGUTTI, MARIANO & FURLANETTI, 2010, p.3)

Dando ênfase na boa formação, certificando-nos que os cursos de formação garantam além de uma formação de qualidade, uma formação continuada a aqueles que já estão nas redes, assim saindo da sua situação de acomodação, na busca de uma atualização para melhor atender aos educandos aos quais estão sobre sua responsabilidade, sendo do campo ou não.

Se tirarmos as vendas que cobrem os nossos olhos, veremos que o meio rural esta mais presente em nossas vidas do que imaginamos. Se pararmos para pensar, e analisarmos o contexto em que estamos inseridos e fazermos a seguinte pergunta: De onde vem o alimento presente em minha mesa, a verdura, a carne, o leite, os legumes, etc.? Chegaremos à resposta que ela vem do campo, deste mesmo meio rural de onde nos esquecemos e fingimos não estar lá, de pessoas que lutam pelo seu sustento e de seus filhos e que só querem o melhor para eles, e não enxergamos.

E qual a escola que pensamos para eles? Qual a importância que damos ao ensino para essas pessoas? Será que continuaremos a pensar que os grandes latifundiários são as pessoas que estão no campo? Não, esses são aqueles que só estão preocupados em produzir para exportar, e manter as leis como estão para apenas se favorecer, ou seja, *“deixando o rico mais rico, e o pobre mais pobre”*, não pensando no trabalhador que tem filhos e precisam de escolas de boa qualidade, com leis que favoreçam a população do campo.

Nós, enquanto sociedade, inseridos neste contexto e vivenciando pela luta dos trabalhadores rurais sem terra, para uma escola de qualidade para suas crianças, jovens e adultos, temos o dever de nos preocuparmos com as escolas do campo, e vermos, que esta luta não pertence somente aos movimentos relacionados à terra, e sim a toda sociedade. O nosso papel é não só lutar para que estes direitos sejam assegurados, mas também que se faça entender que a luta para este direito não se resume ao MST, e sim a todos os que residem no campo como os pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, e tantos outros que de uma forma ou de outra, foram marginalizados da escola, e não tem o seu direito que é garantido por lei, como o acesso a uma escola de qualidade.

O Brasil de hoje mostra todos os dias na mídia exemplos de condutas onde a ética, o respeito ao outro, a humildade é posta de lado a favor de interesses econômicos e políticos.



Onde cada um só está preocupado a cada dia mais consigo mesmo, na sua individualidade, não sobrando tempo e nem espaço para se pensar/preocupar com o outro. Devemos sonhar e lutar pela justiça, pelo respeito do outro, pelo respeito à diferença na busca de um país menos feio, mais ético, mais humano onde todos possam ter condições de ter uma vida digna e com esperança em dias melhores.

## REFERÊNCIAS

CADERNOS DA TERRA, (Org. Caldat, Roseli Salete). *Intencionalidades na Formação de Educadores do Campo: Pedagogia da Terra- Turma José Martí* Ano VII- no. 11-Maio 2007 ITERRA, RS.

CADERNOS DE FORMAÇÃO, (Org. Setor de Formação MST). *O Brasil Precisa de Reforma Agrária: As propostas dos movimentos e as “promessas e compromissos do governo Lula”*. Nº 36, São Paulo, 2005.

CADERNOS DE FORMAÇÃO, (Org. Setor de Formação MST). *Desafios da Formação*. São Paulo, 2003.

CALDAT, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra, Expressão Popular*, 2004, SP.

CAMINI, Isabela. *Escola Itinerante, na fronteira d uma nova escola. Expressão Popular*, 2010. SP.

COLEÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS MEC/SECAD, (Org. Pontual, Pedro & Ireland Timothy). *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*, –

Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, vol. 4, 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*.- São Paulo, Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. *Compartilhando Experiências, Dialogando com a prática da alfabetização*. - Bauru, SP: Canal6, 2009.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. *A Pesquisa Qualitativa: Transformando o Estagiário em Educador Popular no Campo*. V Jornada de Investigación en Educación, 2007, Córdoba. Educación y Perspectivas: contribuciones Teóricas y Metodológicas en Debate., 2007. v. 1. p. 59-60.

MARGUTTI, E. C.; MARIANO, A.; FURLANETTI, M. P. F. R.. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO. 2010. I Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos. João Pessoa/PB, 2010.

MARIANO, A.. ***A EJA DO CAMPO SENDO CONSTRUÍDA COLETIVAMENTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.*** 1º Congresso de Educação de Jovens e Adultos da UNESP - Políticas, Práticas e Desafios 10 anos de PEJA. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Marília/SP, 2010.

NOSELLA, Paolo. ***Origens da Pedagogia da Alternância.*** Tese de Mestrado-União Nacional Das Escolas Famílias Agrícolas Do Brasil (Unefab), Brasília – 2007.

RELATÓRIO Convênio UNESP/RONERA/MST/ITESP. 2001.

SAPELLI, Marlene L. S., GATTI, Selma, NAPOLI, Ana Paula- (org). ***Pedagogia do campo: á serviço de quem?*** Política e gestão da educação: questões em debate. Londrina: UEL, 2009. P. 143-168.

THERRIEN, J. & DAMASCENO, M.N. (Orgs.). ***Educação e escola no Campo.*** Campinas: Papirus, 1993. - (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

WHITAKER, Dulce C.A. ***Sociologia Rural: Questões metodológicas emergentes, Letras Amargem,*** 2002,SP.